



Desenvolvimento Econômico nas Cidades do Agreste Pernambucano: IDM-Riqueza e Indicadores Sociais

Tays Marina da Silva (Graduanda em Economia no CAA/UFPE)¹
Marcus Vinícius Amaral e Silva (Doutor em Economia pela UFJF.
Professor do CSHNB/UFPI)²

Danyella Juliana Martins de Brito (Doutora em Economia pela UFMG.
Professora do NG/CAA/UFPE e PPGECON/UFPE)³

O conceito de desenvolvimento frequentemente está relacionado com crescimento econômico, porém o nível de desenvolvimento de uma sociedade também possui uma relação consolidada com indicadores sociodemográficos. O crescimento econômico, por si só, não é suficiente para representar melhora na qualidade de vida de uma localidade, por isso torna-se necessário o uso de outros indicadores que consigam representar o desenvolvimento alcançado pela população. Desse modo, é possível utilizar indicadores de caráter social ou demográfico para acompanhar a situação dos municípios do Agreste de Pernambuco.

O índice de desenvolvimento de riqueza municipal (IDM-riqueza) permite realizar uma comparação do desempenho dos municípios, bem como avaliar os seus resultados econômicos (ANIPES, 2017). O IDM-riqueza é computado por meio de outras variáveis municipais, como: o Produto Interno Bruto (per capita); a participação dos setores de indústria, de agropecuária e de serviços no PIB total do município; a renda trienal média do emprego formal; e o percentual de famílias beneficiadas com o programa de transferência de renda Bolsa Família. O IDM-riqueza é utilizado neste estudo para examinar a riqueza produzida pelas atividades econômicas dos municípios que compõem o Agreste Pernambucano.

Para investigar os aspectos de nível educacional municipal é utilizado o índice de desenvolvimento de escolaridade (IDM-educação), indicador que classifica os municípios de acordo com a taxa de atendimento escolar e o desempenho dos alunos na rede pública em português e matemática na Prova Brasil. Para medir criminalidade é examinada a taxa de homicídios, que é um indicador que contabiliza o número de vítimas de crimes violentos

¹tays.marina@ufpe.br

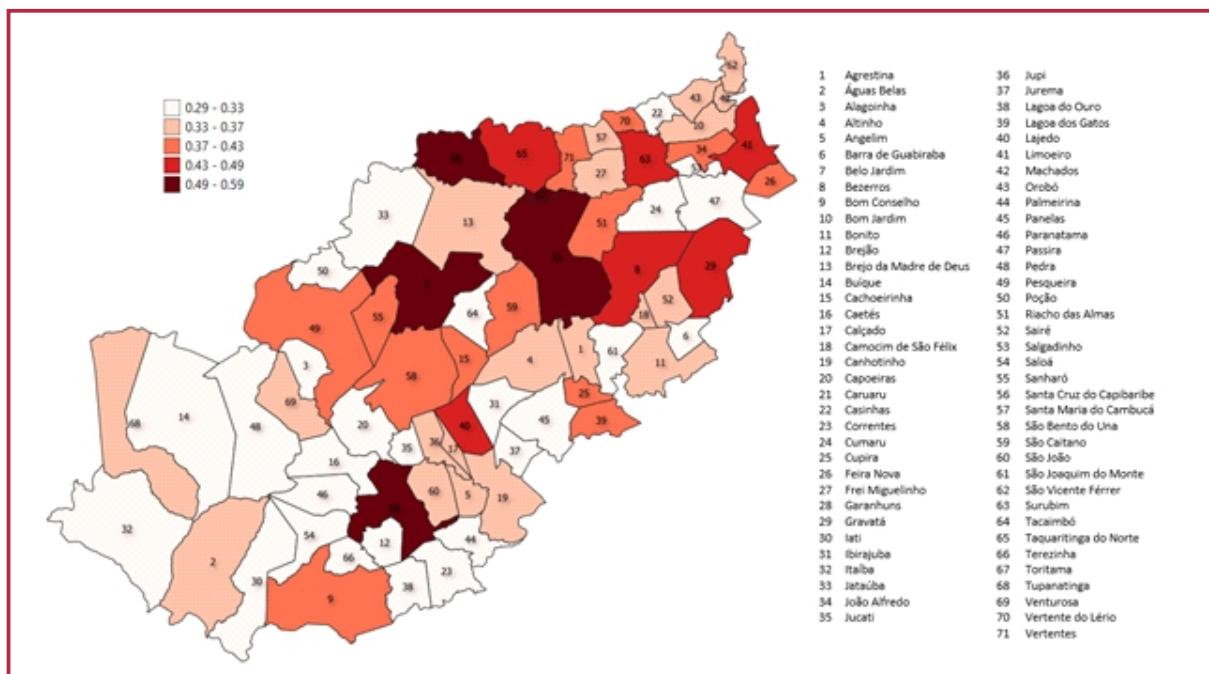
²vinicius.amaral@ufpi.edu.br

³danyella.brito@ufpe.br

letais e intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes. Adicionalmente, é examinada a taxa de urbanização, indicador que mostra o grau de urbanização dos municípios, medido pela relação entre a população urbana e a total. Por fim, para investigar desigualdade de renda municipal, é utilizado o índice de desigualdade de Gini, indicador que mede o nível de distribuição de renda dos municípios. Quanto mais próximo da unidade estiver o indicador, mais forte a disparidade de renda na localidade.

A Figura 1 apresenta o comportamento do IDM-riqueza em cada município do Agreste Pernambucano, no ano de 2016. Tons mais escuros indicam cidades com indicadores elevados, enquanto tons mais claros identificam menores índices de desenvolvimento de riqueza municipal. Os cinco municípios com maiores IDM-riqueza foram Caruaru (0,59), Belo Jardim (0,57), Toritama (0,57), Garanhuns (0,57) e Santa Cruz do Capibaribe (0,54). Ao examinar o índice de desenvolvimento de riqueza considerando as particularidades municipais, verifica-se que, de acordo com o último Censo Demográfico de 2010, dentre os cinco municípios com maior IDM-riqueza, quatro possuem mais de 70 mil habitantes, com exceção de Toritama. Essas cidades juntas concentram aproximadamente 750 mil habitantes, cerca de 40% da população do Agreste Pernambucano, com destaque para o município de Caruaru que apresentou o maior IDM-riqueza e a maior população da mesorregião. Assim, fica perceptível que, no Agreste de Pernambuco, localidades maiores exibem IDM-riqueza mais elevados, comparativamente aos municípios menores.

Figura 1
Índice de desenvolvimento de riqueza municipal no
Agreste Pernambucano, 2016



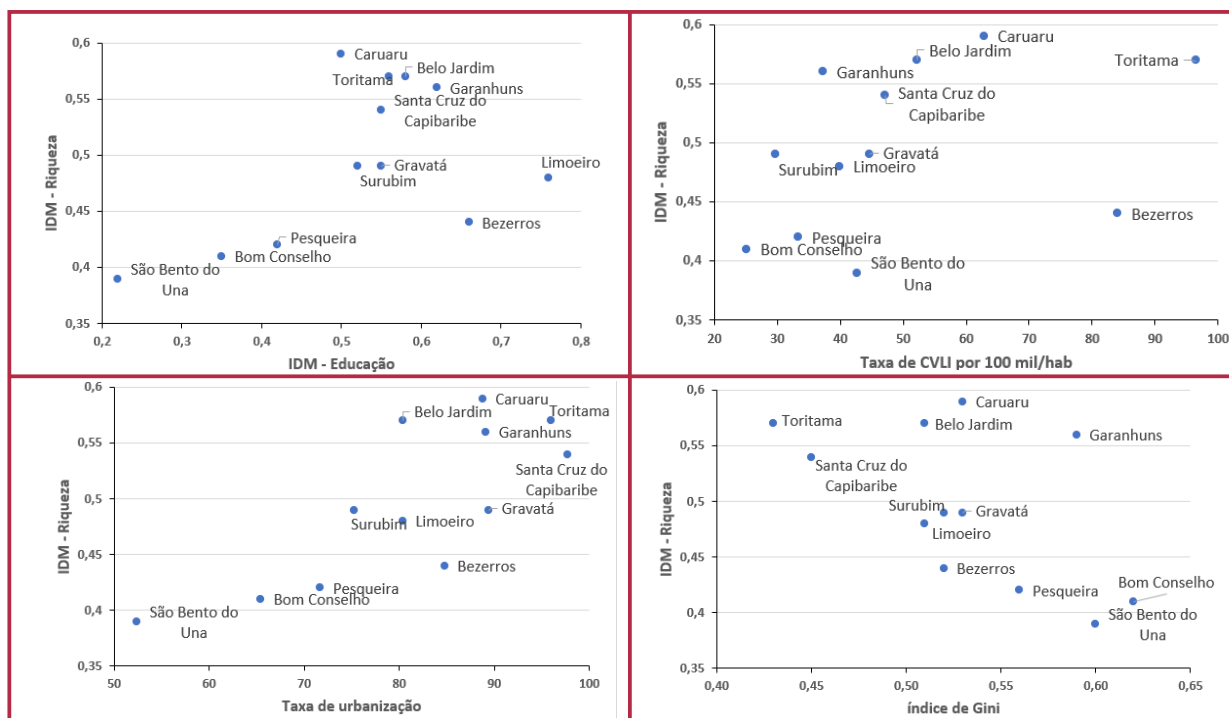
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Agência CONDEPE/FIDEM/DEPE/DEPS/GESD (2022).

Na Figura 1, verifica-se que a maior parte das cidades com elevado índice de desenvolvimento de riqueza está localizada no Agreste Central. Os municípios que fazem parte dessa área central possuem características econômicas fortes, abrigando uma planta industrial do Grupo Moura, um polo têxtil e de confecção e um polo de produção de flores. O polo de confecções do Agreste Pernambucano, a título de exemplo, movimenta a economia da região e é extremamente relevante na geração de emprego e renda, nos municípios que está inserido e nos vizinhos (Oliveira e Vasconcelos, 2015). O polo têxtil é composto principalmente pelas três das cidades com maiores IDM-riqueza: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Já o município de Belo Jardim tem como principal fonte de atividade o setor industrial, que possui significativo impacto na economia local. Em Belo Jardim está localizada a sede do Grupo Moura, referência no setor de baterias automotivas.

Visando se aprofundar na compreensão das conexões entre o IDM-riqueza e outros indicadores sociodemográficos, a Figura 2 exhibe as relações observadas entre o índice de desenvolvimento de riqueza municipal e a taxa de crimes violentos letais intencionais, a taxa de urbanização, o índice de desenvolvimento de escolaridade e o índice de desigualdade de renda (índice de Gini), para os 12 principais municípios do Agreste Pernambucano. No que se refere à taxa de urbanização, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Garanhuns possuem os maiores indicadores, enquanto São Bento do Una possui a menor taxa de urbanização. Como o ambiente urbano, em geral, é caracterizado por uma maior concentração e diversidade de atividades econômicas, é esperado que a relação positiva entre urbanização e desenvolvimento econômico, observada para os municípios selecionados, retrate bem a realidade do Agreste Pernambucano. Assim, localidades mais urbanizadas tendem a ser as que apresentam maior IDM-riqueza na mesorregião.

Figura 2

Índice de desenvolvimento de riqueza municipal e fatores socioeconômicos dos principais municípios do Agreste Pernambucano (2016)



Nota: (1) Foram selecionados os 12 municípios com maior PIB em 2018. (2) O índice de Gini é referente ao ano de 2010.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Agência CONDEPE/FIDEM/DEPE/DEPS/GESD (2022).



Sobre o índice de desenvolvimento de escolaridade municipal, verifica-se que Bezerros, Garanhuns e Limoeiro apresentam os maiores níveis de IDM-educação. Por outro lado, o município de São Bento do Una, mais uma vez, ocupa a última posição dentre os 12 municípios examinados. A educação tem papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico de uma localidade (Macha e Pamplona, 2008). Os municípios com melhores índices educacionais apresentaram IDM-riqueza mais elevados, em 2016. É válido destacar que as cinco cidades com os maiores IDM-riqueza – Caruaru, Belo Jardim, Santa Cruz do Capibaribe, Garanhuns e Toritama – apresentaram elevados níveis de IDM-educação, todas com taxas acima de 0,5. A expansão do nível educacional tem um impacto positivo sobre o crescimento da renda per capita e a formação de empregos formais (variáveis que compõem o IDM-riqueza).

Com relação ao índice de desigualdade de renda, os municípios com menores indicadores são Toritama (0,43) e Santa Cruz do Capibaribe (0,45). Os referidos municípios estiveram entre os maiores índices IDM-riqueza, em 2016. De maneira geral, fica perceptível que as cidades com elevada desigualdade de renda em 2010 apresentaram um baixo IDM-riqueza em 2016, a exceção de Garanhuns. O que sinaliza que localidades mais igualitárias atingem melhores indicadores econômicos, especificamente em termos de IDM-riqueza, na mesorregião do Agreste.

Contudo, cidades com melhores indicadores econômicos não necessariamente possuem melhores índices sociais. Isso fica evidente ao comparar os municípios com maior IDM-riqueza e a taxa de criminalidade na mesorregião. Os dados da Figura 2 apontam uma correlação positiva entre tais indicadores. Três dos municípios com maiores índices de desenvolvimento de riqueza – Belo Jardim, Caruaru e Toritama – apresentaram altas taxas de criminalidade. Na literatura, a criminalidade tem sido relacionada a problemas sociais, tais como pobreza e desigualdade de renda (Plassa e Parré, 2019). Porém, estudos indicam que é natural uma maior concentração de crimes em localidades com uma maior atração e concentração de fluxo populacional e atividade econômica (Concha Amin et al., 2009). No Agreste Pernambucano, constata-se uma maior incidência de criminalidade nos municípios onde existe um forte comércio e grandes polos econômicos.

O conjunto de dados examinados indicam que um desafio atual, para os municípios da mesorregião investigada, é conciliar elevados índices de desenvolvimento de riqueza municipal com menores taxas de criminalidade. É comprovado que a educação contribui para o aumento da riqueza e redução dos níveis de criminalidade de uma sociedade (Lochner e Moretti, 2003). Portanto, um maior investimento em educação e a criação de políticas públicas voltadas para a inserção de crianças e adolescentes nas escolas pode ser um caminho viável.

Referências

Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES). **Boletim Metodológico**. 2017. Disponível em http://www.anipes.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Boletim_metodologia_IDM_Anipes_2016-4.pdf. Último acesso em: 01 mar. 2022.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM). **Base de dados**. Disponível em <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/base-dados>. Último acesso em: 28 fev. 2022.

Concha Amim, M.; Comim, F. V.; Iglesias, J. R. Crescimento econômico e criminalidade: refletindo sobre o desenvolvimento. Encontro Nacional de Economia. Anais... Foz do Iguaçu: ANPEC, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br>. Último acesso em 07 mar. 2022.

Lochner, L.; Moretti, E. The Effect of Education on Crime: Evidence from Prison Inmates, Arrests, and Self-Reports. **American Economic Review**, 94, 155-80. 2003.

Machado, J. G. R.; Pampolona, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas do PNUD. **Economia e Sociedade**, Campinas, 17(1), 53-84, 2008.

Plassa, W.; Parré, J. L. A violência no estado do Paraná: uma análise espacial das taxas de homicídios e de fatores socioeconômicos. **Economia e Desenvolvimento**, 31(e15), 1-16, 2019.

Ferreira, M.O.; Vasconcelos, K.S.L. Estimativa de demanda pela formalização da economia informal no Agreste Pernambucano: uma aplicação do método de valoração contingente. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, 5(2), 199-219, 2015.

Xavier, B.; Oliveira, R. **Criminalidade e o tamanho dos municípios brasileiros**: uma análise de dados em painel. Minas Gerais, 2019.



Dinâmica dos Setores Econômicos do Comércio e Serviços no Agreste Central

Euclecia Maria de Arruda (Graduanda de Economia (UFPE/CAA)¹
Isabella L. Neves Frota (Doutora em Economia. Prof.^a do Núcleo
de Gestão/CAA/UFPE)²

Lucilena F. Castanheira Corrêa (Doutora em Economia. Prof.^a do
Núcleo de Gestão/CAA/UFPE)³

Observa-se atualmente que as atividades na área de serviço estão se apresentando como uma das variáveis dinâmicas nas economias locais. Isso se faz, em grande parte devido a sua característica que tende a aumentar a competitividade local, principalmente pelo impulsionamento na geração de postos de trabalho. Neste sentido, ressalta-se a importância do transbordamento econômico e social gerado pelo comércio, pois, segundo a Secretaria da Fazenda Estadual (SEFAZ, 2022), “o comerciante exerce uma atividade vital para o desenvolvimento de uma nação: o comércio, é, a permutação de produtos, troca de valores, relação de sociedade ou negócio.”

Diante dessa perspectiva, a pauta consiste em mostrar o desempenho dessas atividades na dinâmica da economia do Agreste Central⁴. Essas atividades apresentam uma participação média de 80,49% de todas as atividades desenvolvidas no Agreste Central de 2015-2019. Portanto, são atividades que possuem relevância para a economia da região. O Gráfico 1 apresenta o número de estabelecimentos nas atividades de comércio e serviços no Agreste Central.

¹euclecia2011@gmail.com

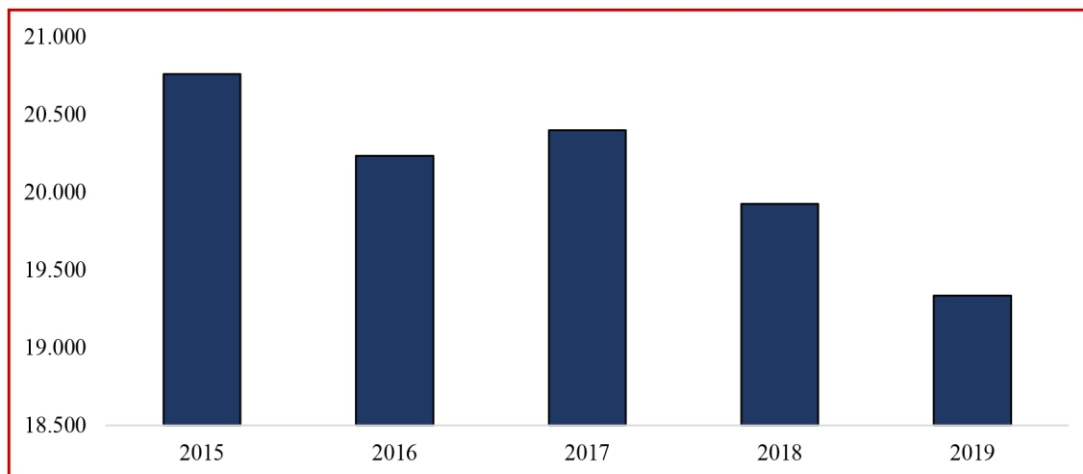
²isabella.nfrota@ufpe.br

³lucilena.castanheira@ufpe.br

⁴A Região do Agreste Central é composta por 26 municípios: Agrestina, Alagoinha, Altino, Barra de Guariba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Felix, Caruaru, Cupira, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Panela, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, São Bento do Una, São Caitano, São Joaquim do Monte e Tacaimbó.

Gráfico 1

Número de estabelecimentos nas atividades de comércio e serviços no Agreste Central (2015-2019)

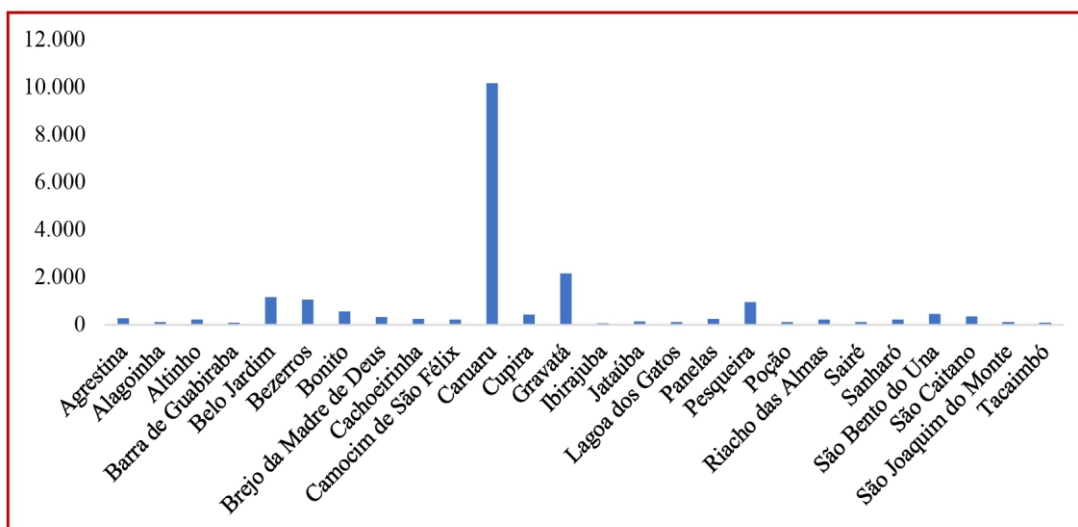


Fonte: Condepe/Fidem (2022).

O número de estabelecimentos de comércio e serviços no Agreste Central sofreu uma queda de 6,88% de 2015 a 2019. Se comparado ao número de estabelecimentos de todos os setores da economia, a queda foi de aproximadamente 8,04%. Portanto, é importante ressaltar que as atividades de comércio e serviços sofreram menos as oscilações da conjuntura econômica.

Gráfico 2

Média do número de estabelecimentos nas atividades de comércio e serviços por município do Agreste Central (2015-2019)

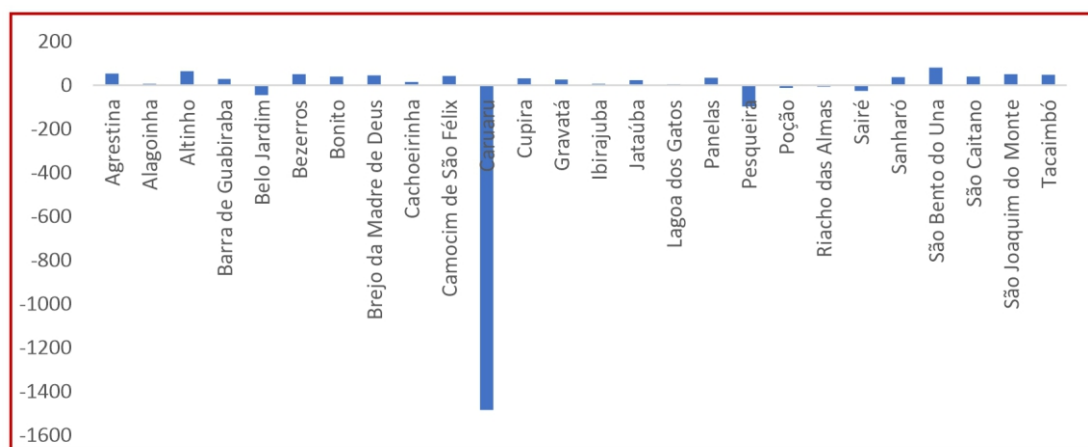


Fonte: Condepe/Fidem (2022).

Dentre os municípios do Agreste Central, Caruaru se destaca com maior média de número de estabelecimentos de comércio e serviços (10.165), seguido de Gravatá (2.169), Belo Jardim (1.153), Bezerros (1.052) e Pesqueira (958).

A importância desses setores para as economias locais, pode ser analisada através do número de vagas de empregos formais geradas por essas atividades econômicas. É importante pontuar que o setor de comércio apresenta um crescimento no saldo total ao longo do período, saindo de um valor negativo – desligamento maior que admissão - de aproximadamente 735 vagas em 2015 para um saldo positivo – admissão maior que desligamento - 782 vagas no ano de 2019. O município de Caruaru foi o que mais perdeu quantidade de vagas nesse período, em torno de 1.485. Porém, pode-se citar os municípios de São Bento do Una, Altino e Agrestina, com saldo positivo de 82, 64 e 53 vagas, respectivamente. O que se observou é que, os municípios dessa região em relação ao emprego formal analisado sob a ótica do comércio e serviços, apresentaram movimentos heterogêneos no período analisado.

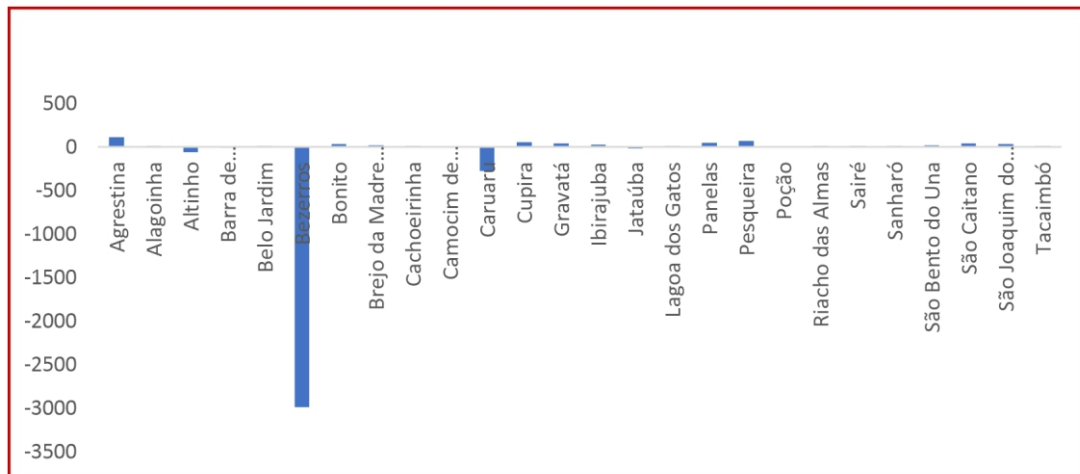
Gráfico 3
Saldo de empregos formais no
comércio nos municípios do Agreste Central (2015-2019)



Nota¹: Saldo é resultado do número de admissões subtraindo o número de desligamentos.
Fonte: Condepe/Fidem (2022).

No que tange a análise do saldo total no setor de serviços, é possível identificar que somente o ano de 2018 registrou saldo positivo no quesito vagas com carteira assinada, porém, nos outros quatro anos da análise 2015, 2016, 2017 e 2019, todos apresentaram saldos negativos. Quando se analisa o saldo total por município, conforme Gráfico 4, observa-se que Bezerros (-2.993), seguido de Caruaru com (-275), Altino (-58), Jataúba (-17), Barra de Guariba (-11) e Camocim de São Félix (-3), foram os municípios que registraram as maiores quedas em número de vagas. Pontua-se também, que os Agrestina (112), Pesqueira (66), Cupira (57), Panelas (48) e São Caitano (42), foram as localidades com os maiores valores positivos no saldo total de vagas.

Gráfico 4
Saldo de empregos formais no setor de Serviços
dos municípios do Agreste Central (2015-219)

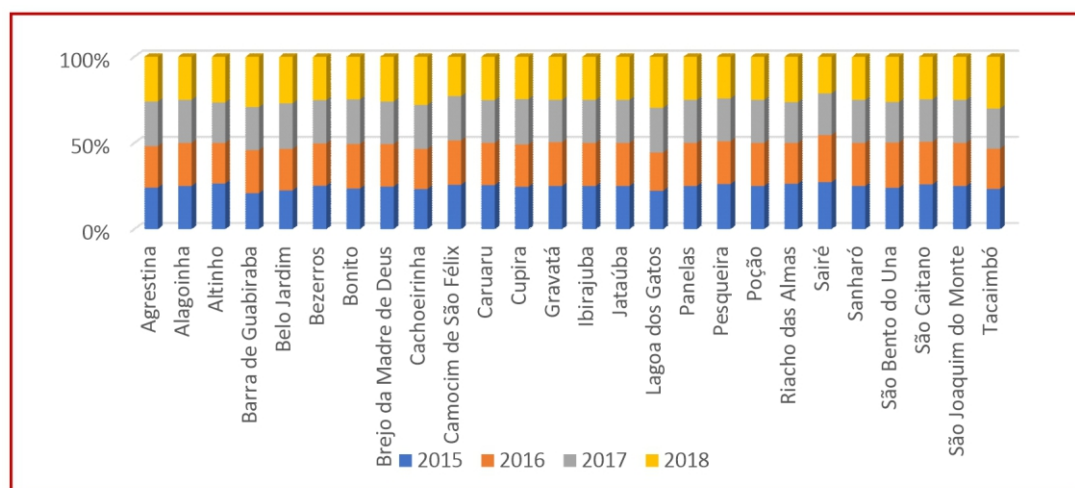


Nota¹: Saldo é resultado do número de admissões subtraindo o número de desligamentos.
Fonte: Condepe/Fidem (2022).

Diante da exposição do movimento nos setores de serviços e comércio no que se refere a saldo de vagas de empregos com certa assinalada, é importante ressaltar a importância dessas atividades para o crescimento da região do Agreste Central, a partir dessa ótica é válido apresentar a contribuição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal na composição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Comparativamente, é importante analisar a magnitude do crescimento econômico dos municípios da região do Agreste Central na participação do PIB estadual, uma vez, que os setores de comércio e serviço representam uma média de 80,49% de todas as atividades desenvolvidas nessa região. Nesse sentido, verifica-se que, a região do Agreste Central registrou uma média de 8,73% na participação do PIB estadual no período analisado, configurando assim, com a segunda região com maior representatividade no crescimento econômico estadual. E, ao desagregar por município, identifica-se que o município de Caruaru registrou uma média na participação 3,818% no PIB estadual e um peso médio 43,73% na média total da região. Vale mencionar que além desse município, Belo Jardim (0,935%) e São Bento do Una (0,553%) foram as maiores médias registradas.

Gráfico 5
Participação (%) dos municípios do Agreste Central
no PIB estadual (2015-2018)



Fonte: Condepe/Fidem (2022).

Diante da exposição do movimento nos setores de serviços e comércio no que se refere ao saldo de vagas de empregos com carteira assinada, sinalizando a importância dessas atividades para o crescimento da Região do Agreste Central e conseqüentemente para o Estado de Pernambuco. Diante dessa perspectiva, a continuidade do estudo para a região é de suma importância para acompanhar o desenrolar da situação ao longo da pandemia da Covid-19, iniciada no ano de 2020, uma vez que alguns negócios sofreram mudanças para se adaptar às incertezas do cenário pandêmico, sobretudo as atividades de comércio e serviços.

Referências

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM). Disponível em www.condepefidem.pe.gov.br. Último acesso em 19 jan. 2022.

aria da Fazenda Estadual (SEFAZ). Disponível em <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/sefaz-reconhece-importancia-do-comercio-para-a-economia-estadual>. Último acesso em 19 jan. 2022.



Assistência Estudantil no Ensino Superior: Investimentos para o Desenvolvimento Local no Agreste Pernambucano

Maria Amanda Capucho da Silva (Graduanda em Economia pelo do CAA/UFPE)¹
Odete Patrícia Peixoto da Costa (Assistente Social. Técnica do CAA/UFPE)²
Monaliza de Oliveira Ferreira (Doutora em Economia. Professora do NG
e do PPGECON/CAA/UFPE)³

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) tem demonstrado que a realidade do desempenho educacional brasileiro decepciona. Em 2018, os estudantes do país apresentaram um rendimento abaixo da média da OECD em leitura, matemática e ciências, além de não terem alcançado mudanças significativas desde 2009. Mas chama a atenção que estudantes com melhores condições socioeconômicas superaram os demais na leitura em 97 pontos, quando a média da OECD era de 89 pontos (OECD, 2022). É em um cenário com essas deficiências de base que muitos estudantes entram na Universidade pública.

Desde muito tempo, economistas costumam relacionar investimentos em educação com melhores desempenhos socioeconômicos, inclusive há quem defenda que maiores níveis educacionais aumentam a produtividade do trabalho e levam a melhores condições econômicas, no que os economistas chamam de Teoria do Capital Humano. Antes de prosseguir, todavia, é importante ressaltar que não há consenso na academia sobre essa relação. Mas sobre ela, um dos importantes expoentes é Becker (1962), que investigou o investimento em capital humano, associando-o aos retornos econômicos que os indivíduos esperam para o futuro.

Cabe considerar ainda que a escolaridade não se constitui na única maneira de se investir em capital humano, uma vez que as condições dadas para a sobrevivência dos indivíduos seriam importantes elementos, bem como os treinamentos de diversos tipos, inclusive no trabalho, que também teriam esse papel importante rumo a um maior desenvolvimento econômico. Enquanto ganho individual e corroborando com a ideia de Becker (1962),

¹amanda.capucho@ufpe.br

²odete.patricia@ufpe.br

³monaliza.ferreira@ufpe.br



Mincer (1974) apontou a relação positiva entre a escolaridade de um indivíduo e seus ganhos consecutivos como reflexo dos efeitos da educação no aumento da produtividade. Apesar de considerar que essa relação não era linear, mudando de indivíduo para indivíduo.

Do ponto de vista macroeconômico, Lucas (1988) aponta que o capital humano consiste em um determinante do crescimento econômico, na qual a qualificação dos indivíduos viria a influenciar de forma indireta o crescimento de um país, dado que o investimento em capital humano seria capaz de proporcionar um incremento na produtividade de todos os fatores de produção em razão do processo de criação de tecnologia que este fator propiciaria.

Embora essa relação entre diferenciais de salário para indivíduos com ensino superior já esteja constituída em um fato estilizado na economia, estudos da década de 2010 têm mostrado uma redução nesses diferenciais salariais no Brasil (Menezes Filho, 2012; Suliano e Siqueira, 2012; Davanzo e Ferro, 2016), talvez em virtude da expansão do ensino universitário e consequente aumento de indivíduos graduados. No entanto, Menezes Filho et al (2016) afirmam que o crescimento do ensino superior é positivamente relacionado ao aumento do salário médio, à taxa de ocupação e à renda per capita. Sob outra perspectiva, o contexto familiar sobre os rendimentos não passou despercebido no estudo de Vaz (2020), que chama a atenção para diferenças raciais encontradas nos retornos à educação.

Nesse contexto, o acesso à universidade tem sido encarado como a porta de entrada para o mercado de trabalho, numa expectativa de ganhos maiores. Mas, historicamente, a educação superior brasileira tem tido um caráter segregacionista, tanto em razão das diferenças de renda como pela questão racial. Nos últimos anos, todavia, vários programas têm tentado minimizar esse cenário tão cruel. Dentre eles, destacam-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), além do sistema de Cotas raciais adotados em parte das universidades federais brasileiras. Aliás, segundo BRASIL (2007), o REUNI foi criado justamente pelo reconhecimento do papel estratégico das universidades federais para desenvolvimento econômico.

Com essa ideia sobressalente, o Governo Lula iniciou o processo de interiorização do ensino superior brasileiro a partir de 2003. Esse processo deu-se em três ciclos de expansão, como listado por Melo, Melo e Nunes (2009): (i) para o Interior (2003-2006); (ii) com reestruturação, através do REUNI (2007-2012); com ênfase nas interfaces internacionais (a partir de 2012). Mas se a ideia era expandir a possibilidade do ensino superior para todos os brasileiros, incluindo os de baixa renda, haveria de se ter políticas públicas que possibilitassem a esses estudantes se manter nessas universidades.

A assistência estudantil, enquanto política pública, fundamentada pela Constituição Federal de 1988, artigos 205 e 206, regulamentada pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, deve ser entendida como dimensão assistencial da política de educação. Na UFPE, a Política de Assistência Estudantil é regulamentada através da Resolução 15/2019 (UFPE/CEPE, 2022) que dentre outros objetivos pretende garantir a permanência dos estudantes e a conclusão nos cursos de graduação, bem como contribuir para a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais entre os estudantes.



Em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é previsto atendimento aos estudantes com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio. A seleção para ingresso nos programas e serviços passam por análise da equipe para verificação do perfil socioeconômico dos estudantes. Para a concessão de bolsas, os estudantes devem se inscrever em editais específicos e comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que a assistência estudantil tem caráter seletivo, não universal.

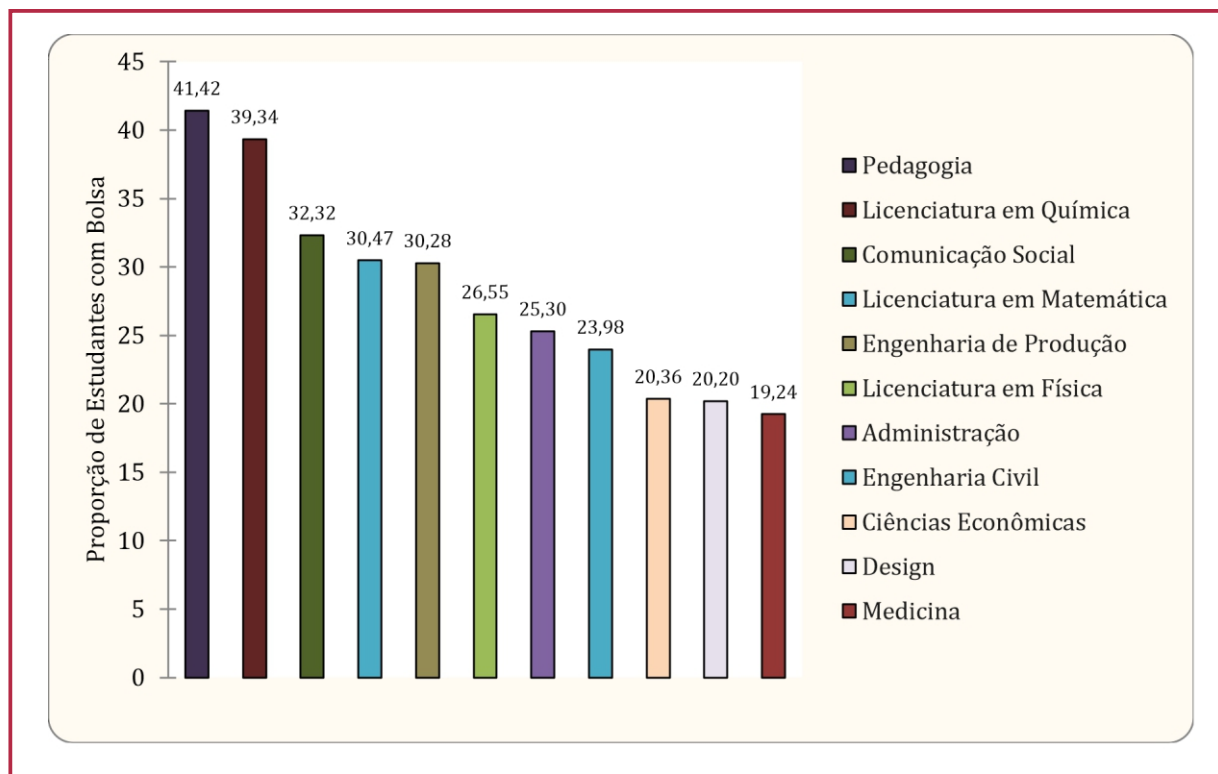
Dessa forma, reitera-se que, enquanto política pública, a assistência estudantil encontra respaldo em diversas áreas para além da economia, tais como o serviço social. Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2001), se cabe ao Estado promover a educação pública, torna-se de sua responsabilidade garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, seja ela básica ou superior.

O Campus Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco foi criado nesse contexto de interiorização pelo Governo Federal, no ano de 2006, buscando o fortalecimento das universidades federais, com maiores oportunidades de acesso, tendo em vista a limitação socioeconômica de muitos estudantes para se deslocarem aos grandes centros urbanos, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento econômico do Agreste Pernambucano. O Campus localiza-se no Município de Caruaru, a 130 Km do Campus do Recife. E os primeiros cursos foram implantados em virtude das necessidades locais, considerando o Polo de Confeccões do Agreste. Sendo assim, de início, foram implantados cinco cursos: Ciências Econômicas, Administração, Design, Engenharia Civil e Pedagogia. Atualmente, o Campus conta com 11 cursos de Graduação, 7 cursos de Mestrado Strictu Sensu e 1 curso de Doutorado.

Os estudantes desses cursos vêm de diversas localidades próximas ao Município de Caruaru, tais como cidades vizinhas, inclusive de outros estados, e da área rural. A realidade socioeconômica desses estudantes é diversa, mas é considerável a procura pelas bolsas de assistência para estudantes com baixa renda. No Gráfico 1, pode-se observar a distribuição de bolsas assistenciais por categoria/curso. De onde se percebe que os cursos com maior necessidade de bolsas, ou seja, com estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica no Campus do Agreste, são os cursos de Pedagogia (41,42% dos estudantes são bolsistas), Licenciatura em Química (39,34%) e Comunicação Social (32,32%), enquanto no Curso de Medicina há o menor contingente de estudantes bolsistas (19,24%).

do lockdown sobre a educação daqueles em situação de vulnerabilidade, pode não ter sido eficiente por conta da baixa abrangência.

Gráfico 1
Estudantes com Bolsa por Curso

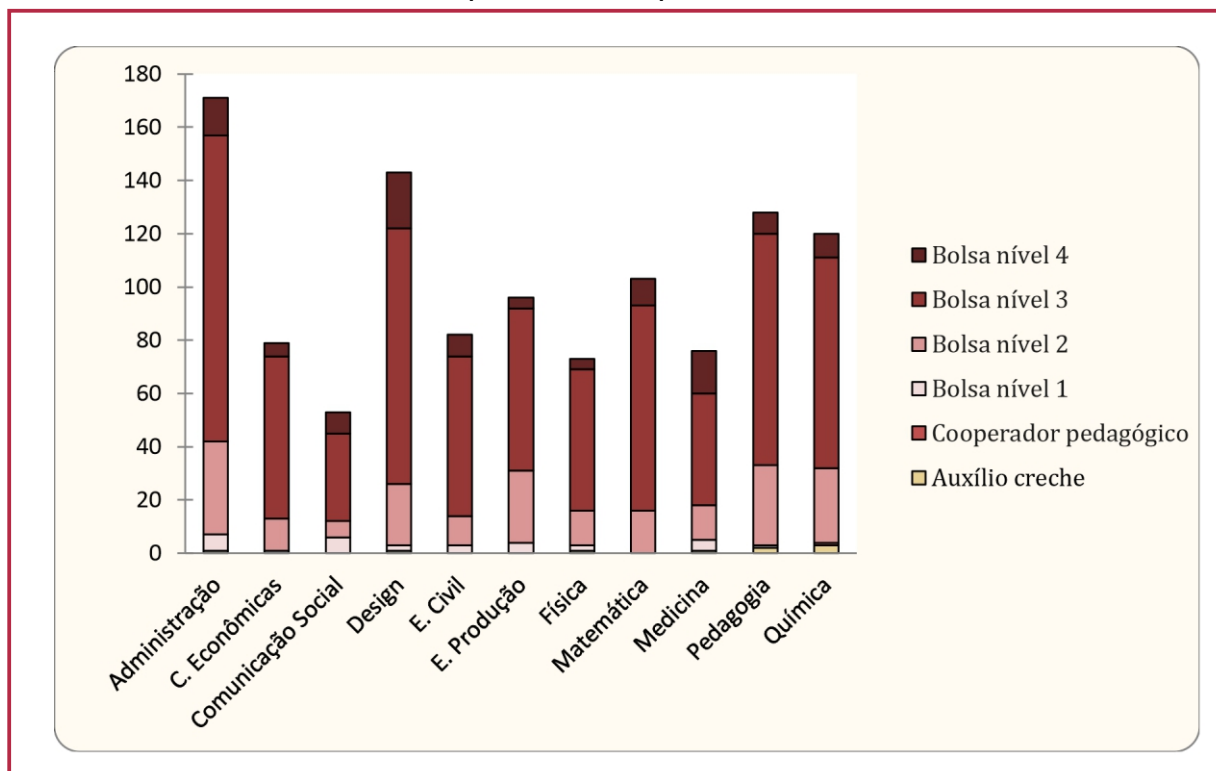


Fonte: UFPE/Campus do Agreste/Setor de Apoio Estudantil (2022).

O auxílio bolsa-nível é um repasse financeiro efetuado mensalmente aos estudantes dos três Campi da UFPE para custear as despesas como alimentação, locomoção e moradia de estudantes de baixa renda, visando garantir a permanência do discente na universidade durante sua formação acadêmica.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos auxílios por níveis, de onde se percebe que é notável o predomínio da bolsa nível 3 — R\$400,00 (quatrocentos reais) — em todas as graduações, seguida pela bolsa nível 2 — R\$300,00 (trezentos reais) —, exceto em Comunicação Social e Medicina, com predominância das bolsas nível 4 — R\$600,00 (seiscentos reais), sendo este o valor máximo do benefício estudantil. Essas bolsas são distribuídas aos universitários em maior vulnerabilidade socioeconômica.

Gráfico 2
Tipos de Bolsa por Curso



Nota. Os valores apresentados foram atualizados até o mês de fevereiro, pois a partir de março os valores e nomenclaturas das bolsas passarão por adequações e reajustes conforme nova publicação da UFPE/PROAES (2022).

Fonte: UFPE/Campus do Agreste/Setor de Apoio Estudantil (2022)..

Grandes economias investiram em tecnologia e capital humano como estratégia de desenvolvimento local. Nessas regiões, as universidades em parceria com as empresas estão entre os fatores estratégicos para o desenvolvimento econômico. Um bom exemplo é o Vale do Silício, na Califórnia, de onde saíram Apple, Yahoo! e Facebook. No Brasil, apesar de vez por outra uma ou outra região ganhar esta denominação (Belo Horizonte, São Paulo, Vale do Submédio São Francisco em Petrolina/Juazeiro), ainda não se tem uma ação organizada entre Estado (com apoio às universidades) e mercado (empresas) nos moldes da região californiana, mas o processo de interiorização já modificou a realidade das regiões onde essas instituições estão localizadas. Nessas localidades, jovens graduados alteraram o mercado de trabalho de seus municípios em áreas importantes para o desenvolvimento local, seja dando suporte ao Polo de Confeções no caso de Caruaru, seja na construção civil, rede escolar ou de saúde.

Dessa forma, derruba-se o mito da universidade elitista no Brasil, muitas vezes difundido pela mídia e por pessoas não esclarecidas. De um tempo, o estudante pobre entrou na Universidade pública, apesar de todas as condições adversas de uma sociedade com alta desigualdade de renda e de oportunidades. Quiçá o ano de 2022 seja a porta de entrada para um governo que priorize a educação em seus vários níveis, tanto básico como superior e técnico! O mundo desenvolvido deixa esta lição.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni: reestruturação e expansão das universidades federais – diretrizes gerais**. Documento elaborado pelo grupo assessor nomeado pela Portaria no. 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º, § 2º, do Decreto Presidencial no. 6.096, de 24 de abril de 2007. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Último acesso em 18/2/2022.

Becker, G.S. Investment in human capital: a theoretical analysis. **The Journal of Political Economy**, 70(5), 1962, 9-49.

Davanzo, E.S.; Ferro, A.R. Retornos à educação: uma análise da redução do diferencial salarial por anos de estudo no Brasil no período de 2001 a 2012. **Anais... Encontro de Economia da Região Sul – ANPECSUL**, v. 19, 2016.

Lucas, R.E.J. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, Amsterdam, v. 22, p. 3-42, 1988.

Melo, P.A.; Melo, M.B.; Nunes, R.S. A educação à distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, 11(24), 2009, 278-304.

Menezes Filho, N.A. **Apagão de Mão de Obra Qualificada? As profissões e o mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010**. São Paulo: Centro de Políticas Públicas do Insper, dez. 2012.

Menezes Filho, N. et al. **O impacto do ensino superior sobre o trabalho e a renda dos municípios brasileiros**. São Paulo: Centro de Políticas Públicas do Insper, 2016.

Mincer, J.S. Experience and earnings. **National Bureau of Economic Research**, Inc, 1974.

OECD. **Organization for economic co-operation and development**. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/>. Último acesso em 18/2/2022.

Serviço Social da Educação/ CFESS. Brasília, 2001. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Último acesso em 1/3/2022.

Suliano, D.C.; Siqueira, M. L. Retornos da educação no Brasil em âmbito regional considerando um ambiente de menor desigualdade. **Economia Aplicada**, 16, 137-165, 2012.

UFPE/Campus do Agreste/Setor de Apoio Estudantil. **Dados coletados pelo setor**. Caruaru, 2022.

UFPE/CEPE. Resolução 15/2019. Disponível em <https://www.ufpe.br/documents/398575/2067825/Res+2019+15+CEPE+%28Pol%C3%A4tica+de+Assist%C3%A4ncia+Estudantil+da+UFPE%29.pdf/aae0bc13-e6b0-4c75-8755-f83303beac64>. Último acesso 2/3/2022.



UFPE/PROAES. **Redimensionamento de Bolsas de Assistência**. Disponível em https://www.ufpe.br/proaes/destaques/-/asset_publisher/iJ0c83ImCeDO/content/redimensionamento-das-bolsas-de-assistencia-estudantil/1360019. Último acesso em 1/3/2022.

Vaz, D.V. Background familiar, retornos da educação e desigualdade racial no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, p. 845-864, 2020.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



Presidente: André Lima de Morais

Vice-Presidente: Poema Isis Andrade de Souza

Conselheiros Efetivos: Ademir Pedro Vilaça Junior
André Lima de Morais
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Keynis Cândido de Souto
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Priscila Michelle Rodrigues Freitas
Rafael Ramos da Conceição Moura

Conselheiros Suplentes: Adelson Santos da Silva
Fábio José Ferreira da Silva
José Farias Gomes Filho
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Rosiane Ferreira de Andrade
Sandro Virgílio Prado Ribeiro
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Conselheira Federal Suplente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição Moura

Projeto Gráfico: Priscila Correia de Moura

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe